

Comitê só negocia com juros pagos

Pedido brasileiro de empréstimo-ponte não é aceito pelos bancos credores

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O Comitê de Bancos credores entregou um documento aos representantes do governo brasileiro, na noite de sexta-feira em Nova York, estipulando os “princípios” que devem ser observados para que os dois lados iniciem negociações da dívida externa. De acordo com fontes financeiras, a proposta que o Brasil apresentou aos bancos na semana passada foi “inteiramente rejeitada” por não levar em consideração nenhum desses princípios. Todos se relacionam à questão dos pagamentos de juros em atraso e a vencer da dívida de médio e longo prazo.

No “Plano de Reestruturação da Dívida do Setor Público” oferecido aos bancos, na quinta-feira, o governo propôs que os credores concedessem ao Brasil um empré-

timo-ponte no valor dos juros em atraso mais os que vencerem até a data de entrada em vigor do novo acordo. O montante do empréstimo-ponte seria incluído na dívida a ser reestruturada. Como pagamento, a proposta ofereceu US\$ 581 milhões, distribuídos em 1991 (US\$ 427 milhões) e 1992 (US\$ 154 milhões), mais uma quantia suplementar de até US\$ 1 bilhão derivada de “capacidade de pagamento adicional não incluída nas projeções correntes de recursos de fontes externas”. (Ver página 4.)

Uma fonte do Comitê de Bancos disse que o pedido do empréstimo-ponte foi “prontamente rechaçado”, com o restante da proposta, “porque infelizmente os representantes do Brasil não mostraram nenhuma disposição de tratar seriamente do problema dos pagamentos de juros”, disse a fonte. O conceito do empréstimo-ponte foi usado para contornar o atraso do pagamento de juros da primeira moratória, em 1987. Mas o governo da época concordou em normalizar os

pagamentos dos juros correntes, para evitar um agravamento do problema. Foi com base nessa concessão que dois terços da conta de US\$ 4 bilhões dos juros não pagos que o País acumulou entre fevereiro e outubro de 1987 acabaram sendo refinanciados a longo prazo, num acordo fechado no ano seguinte. Como fica claro pela leitura da proposta feita aos bancos, o governo Collor não se dispõe a aceitar o mesmo tipo de condição, até porque considera os acordos de 1987 e 1988 o modelo do que o Brasil não deve fazer.

Nos próximos dez dias, a sub-comissão Econômica do Comitê de Bancos, presidida pelo economista Lawrence Brainard, do Bankers Trust, marcará a data para uma visita ao Brasil, onde deverá analisar os números que serviram de base à proposta apresentada pelo Brasil.

Os bancos não aceitam a ideia de que o Brasil, com mais de US\$ 8 bilhões de reservas e um saldo comercial respeitável, não tenha capacidade de pagar juros, quando até a

Argentina, que vive uma situação muito mais apertada, está tentando fazer um esforço.

Paralelamente, os vinte bancos com assento no Comitê devem reunir-se nos próximos dias com as instituições que representam para fazer-lhes um relato sobre a proposta do Brasil e sua reação a ela. Embora existam diferenças entre bancos sobre os possíveis tratamentos a serem dados à questão dos atrasados, um banqueiro disse ao Estado que “os credores como um todo compartilham da mesma preocupação, por causa da falta de disposição das autoridades brasileiras de tratar seriamente da questão dos pagamentos de juros”.

“Em qualquer negociação, sempre há uma diferença entre a proposta inicial e o que acaba sendo acertado”, disse um executivo de um dos bancos americanos com assento no Comitê. “Mas o que o Brasil trouxe à mesa não foi considerado sério nem para justificar o começo de uma conversa.